

O Estado e As Minorias

The State and The Minorities

O tema deste número da Revista versa sobre *As Minorias e A Sociedade*. Difícilmente alguém poderá abordar este assunto, sem antes ter de, necessariamente, apresentar uma introdução ainda que mínima sobre o conceito de Democracia. Em poucas e rápidas palavras, podemos dizer que se trata de um sistema de governo em que a soberania é exercida pelo povo. Assim, todas as decisões políticas devem ser tomadas pelo povo, mas por meio dos seus representantes legitimamente eleitos pelo sufrágio universal. Esta é a chamada “Democracia Representativa” e é o modelo vigente em nosso país.

Pois bem, é aqui que começamos a perceber e sentir as imperfeições do melhor sistema de governo que conhecemos. No caso brasileiro, mas extensivo a diversos outros países, quando a sociedade elege os políticos como seus representantes para a Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a expectativa é a de que esses cidadãos a quem confiamos nosso voto possam administrar bem as relações entre o Estado e a sociedade. No entanto, raramente isso ocorre. Mesmo em países de grande e longa tradição democrática, em alguns momentos a sociedade é vilipendiada justamente em nome do próprio povo. Teoricamente, portanto, os políticos nos representam no Congresso Nacional, mas na prática a realidade se apresenta de forma bem diferente e é o que vamos ver agora.

Ostentando midiaticamente a bandeira da moral, da ética e da justiça social, os políticos oportunistas e desonestos corroem na base toda a esperança de uma população que aguarda por investimentos, prosperidade econômica, bom mercado de trabalho, saúde e educação de boa qualidade, entre outras necessidades básicas. Mas elas não se realizam. Terminam sendo postergadas em benefício de parlamentares corruptos que sistematicamente praticam verdadeiros crimes de “lesa pátria”. Prevaricando e, protegidos pela famigerada lei da “imunidade parlamentar”, eles praticam, nos sinistros corredores da corrupção, a bandalheira e a trapaça, debilitando sobremaneira a democracia, a soberania do Estado e, por extensão, a própria liberdade de seu povo, principal vítima (mas não a única) desses malefícios.

Ora, ora, a “democracia” desses delinquentes contumazes vai sempre fazer o jogo do

WALDENYR CALDAS

Universidade de São Paulo.
Escola de Comunicações e
Artes, São Paulo, Brasil

contra. A verdadeira democracia nada tem a ver com a gatunagem. Aliás, ao contrário, essas ações criminosas vão aos poucos solapando as bases do Estado democrático e levando o povo à descrença nos políticos e à desesperança. A sociedade então, já não tem mais parâmetros para discernir o que é e o que não é democrático. O eco e os exemplos que vêm do Congresso são desalentadores. Há até quem chegue a pensar que o crime compensa. O próprio entendimento do que seja democracia vai se tornando impreciso aos olhos do povo, porque seus direitos constitucionais vão sendo subtraídos e levados para o lixo pelas mãos perversas da corrupção.

Sabemos que em nome da democracia e do bem estar da sociedade, os maus políticos e outros segmentos poderosos, praticam verdadeiras atrocidades contra essa mesma sociedade, o que, em outros termos, significa subtrair traiçoeiramente os direitos constitucionais do povo. É preciso extirpar definitivamente esse círculo vicioso pérfido e doloso que se apodera das democracias em formação.

No caso brasileiro, por exemplo, há que se pensar imediatamente no seu anacrônico sistema eleitoral. Ele está repleto de partidos políticos, que obviamente dificultam a governabilidade do país. A profusão partidarista não significa o aperfeiçoamento da democracia. Não significa também qualidade e riqueza de idéias para aperfeiçoar o regime democrático e a governabilidade. No entanto, uma coisa é certa: essa pluralidade partidária em uma democracia representativa tende a fragilizar o chefe do poder executivo, justamente pela heterogeneidade de interesses que os próprios partidos políticos passam a defender. São quase sempre interesses que vão de encontro às reais necessidades do Estado e da sociedade. Isto é extremamente danoso para a democracia de qualquer país. Além do mais, todos eles reivindicam cargos de primeiro e segundo escalões, como condição primordial para apoiar o presidente da República.

Em alguns casos, o chefe do executivo torna-se realmente refém do poder legislativo que, de sua parte, representa muito mais uma colcha de retalhos de interesses diversos, do que propriamente o Congresso Nacional. O resultado disso é a criação de um verdadeiro labirinto ideológico, onde cada partido defende seu quinhão sem a preocupação com o bem-estar do Estado e da sociedade. Em situações como esta, não há nenhuma consistência político-ideológica por parte dos partidos que praticam esse jogo espúrio contra a democracia. Não há também nenhum projeto político que possa contribuir com o Estado e a sociedade. Pois bem, historicamente o Brasil já viveu e atualmente vive esta situação. A história aqui se repete, mas em contextos diferentes. Não fosse isso, a construção e a consolidação democrática em nosso país estaria em um estágio bem mais aprimorado. Não é necessário discutir isso, basta ver os fatos políticos desde a construção da república a partir de 1889.

Mas, para dar satisfação aos desvalidos da sociedade, principais vítimas dos oportunistas da democracia representativa, o Estado brasileiro vem de forma equivocada, tentando corrigir seus erros históricos e sociais. Para isso, ao longo da trajetória da República, tem optado por uma política assistencialista em detrimento de um projeto sociopolítico mais amplo e exequível que os tire da condição de carentes e necessitados. Seria também a forma mais acertada de respeitar os direitos sociais do cidadão claramente contemplados na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 6º. Nesses casos, o que o governo faz não passa de um populismo assistencial que não leva a nada. Aliás, leva sim.

Leva ao reforço do status quo, ou seja, manter as coisas como estão. É como se o país estivesse correndo em cima da esteira.

Essa situação em nosso país gerou um quadro sociopolítico de reivindicações que os estudiosos chamam de “direitos das minorias”. A idéia é bem vinda. Até porque, nesse aspecto, o Estado continua “deitado eternamente em berço esplêndido”, como nos mostrou Joaquim Osório Duque-Estrada, mas em outro contexto histórico e social, e não dá sinais de que vai se levantar. Quem conhece minimamente a realidade sociopolítica do Brasil, sabe que a criação de organização das minorias é uma forma que o Estado encontrou para sublimar sua incompetência de fazer valer os direitos constitucionais dos cidadãos que, nem sequer, ele respeita.

A Constituinte de 1988 teve especial zelo e atenção no tocante aos direitos sociais do cidadão brasileiro. Ela estabelece uma série bem articulada de dispositivos que asseguram os preceitos básicos necessários para uma vida digna, bem como condições ideais de trabalho. Em outras palavras, a Constituição vigente teve o cuidado de determinar um estado de bem-estar social onde os direitos sociais do cidadão devem ser rigorosamente respeitados pelo Estado. Na teoria, é tudo o que se deseja ver: justiça social ao cidadão e o cumprimento fiel aos princípios estabelecidos pela Constituição. Na prática, porém, resultou inoperante, tornou-se um simulacro. O Estado não tem se mostrado competente para cumprir o que determina a Carta Magna e se vale do populismo assistencial para abrandar sua irresponsabilidade para com a sociedade.

A alternativa e a tentativa de resolver o problema ou, pelo menos de minorá-lo, vem mesmo da própria sociedade que, ao longo desses anos, se organizou melhor e tornou-se mais politizada. O chamado “direito das minorias” ganhou espaço midiático e o próprio Estado, com algumas exceções, tem acolhido muito bem essa questão. Mesmo assim, ainda somos compelidos a conviver com algumas aberrações jurídicas como, por exemplo, o foro privilegiado para governadores, prefeitos, senadores, deputados, ministros militares e civis, membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e do TCU (Tribunal de Contas da União), entre outras. É um direito das minorias que não deveria existir, entre outras coisas, porque ele serve de escudo para os maus políticos que passam a praticar verdadeiros atentados contra a sociedade porque têm o privilégio da proteção legal.

Convém registrar que o próprio Supremo Tribunal Federal já se manifestou contra o foro privilegiado, uma lei caduca que consta no CPP (Código de Processo Penal) ainda de 1941. Ao longo de todo esse tempo, foram muitos os juristas que o combateram e hoje não é diferente. Não há motivos, por exemplo, para que o cidadão com curso superior tenha a garantia legal de cárcere especial. Em nossos dias, esse “direito das minorias” é visto por grande parte da sociedade como uma afronta, algo ultrajante, que fere os princípios da isonomia e da dignidade humana. Se observarmos melhor, os legisladores ao elaborarem essa lei pensando pretensamente no direito das minorias em questão usaram de um sofisma bem ardiloso. Não se trata propriamente de um “direito das minorias” e sim de um “privilégio das minorias”. Há subliminarmente nessa idéia, uma esperteza nociva com a qual não se pode concordar.

Alguns desses direitos das minorias nascem mesmo da inoperância do Estado, como já foi dito acima. Apenas como exemplo, as diferentes cotas de ingresso à universidade pública, que foram criadas para os negros e os alunos originários das escolas públicas,

é uma medida paliativa e assistencialista. Ela não leva a nada, é populista e não faz a tão desejada inclusão social. Ao contrário, na falta de melhor termo, arrisco a dizer que esse ato cria, ironicamente, uma espécie de “elite da pobreza” no universo da classe proletária e do segmento de baixo poder aquisitivo. São milhões de jovens nesse universo, e pouquíssimos chegarão à universidade. É uma medida irrelevante se considerarmos a população pobre da juventude brasileira. Esses cidadãos não precisam da proteção paternalista do Estado. Como muitas outras pessoas, eles também são competentes, e só não tiveram as mesmas oportunidades que outros jovens de estratos sociais mais elevados tiveram.

No caso dos negros, sabemos que historicamente sempre foram vilipendiados, como são hoje milhares, talvez milhões de pessoas anônimas que trabalham em regime de escravidão pelo país afora. Não são nem tratados como humanos, como não o eram os negros no Brasil colonial. Já os jovens brancos proletários só não têm a pecha de serem negros em um país racista que perfidamente insiste em negar seu preconceito. Porém, sua situação é a mesma, eles precisam do amparo do Estado, mas não de forma assistencialista. Esperam apenas que esse mesmo Estado respeite os direitos sociais constitucionais, lhes dando educação e um sistema de saúde de qualidade.

Nem a maioria, nem as minorias querem ficar banguelas e viver sob constante ameaça de zika, dengue, tuberculose, e outras doenças que já estavam erradicadas, mas estão voltando, sem perspectiva de receber tratamento imediato de qualidade. Elas querem e têm direito a saúde de qualidade. Nem a maioria, nem as minorias, desejam falar “nói vai”, “nói fumo”. Elas foram compelidas a isso. Se o Estado fosse mais zeloso com a educação, nenhuma pessoa ficaria ruborizada e envergonhada por não saber assinar um documento se solicitada. Nosso país ainda tem 8,5% de analfabetos. Passar mal e até morrer em filas dos SUS por falta de atendimento médico não são exceções em nosso país. As pessoas também não querem permanecer no mercado de trabalho informal por absoluta falta de emprego. Só o registro na Carteira de Trabalho pode lhes dar todos os direitos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho e da Previdência Social), entre eles o da futura aposentadoria.

Pois bem, as formas para resolver essas questões estruturais do país já se tornaram lugar-comum, quase um conhecimento de domínio público. Mas tem faltado a indispensável vontade política para que haja uma ação. Ela passa pela democracia representativa, pelas articulações políticas no Congresso Nacional, pela elaboração e execução de uma política econômica mais democrática e menos centralizadora que amplie o mercado de trabalho, pela melhor distribuição de renda, pelo controle da inflação e o aumento das exportações, entre outros aspectos. No plano moral estamos indo muito bem, e tenho certeza que a maioria e as minorias estão felizes e até orgulhosas de ver o trabalho profícuo que realiza a chamada “Operação Lava-jato”, certamente uma unanimidade nacional, com óbvias exceções.

WALDENYR CALDAS professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: waldenyr@usp.br